

Anexo I do Plano Anual de Auditoria de 2019

Nº	<u>Descrição Sumária</u> (indicação da Área/Processo auditada(o) e do Conhecimento específico exigido para realizar a auditoria):	<u>Risco e Relevância</u> (indicação do risco inerente ao objeto a ser auditado e sua relevância em relação ao órgão):	<u>Classificação da Auditoria:</u>	<u>Objetivo(s)</u> (indicação dos resultados esperados e especificação de que forma a vulnerabilidade do objeto a ser auditado pode ser mitigada):	<u>Escopo</u> (indicação da amplitude dos exames em relação ao universo de referências do objeto a ser auditado):	<u>Data</u> (início e término):	Previsão da equipe que realizará os exames de auditoria:
1	<p>Processo Auditável: Aquisições e Contratos</p> <p>Conhecimentos específicos: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Instrução Normativa CNJ nº 44/2012. Resoluções CNJ nº 182/2013, nº 169/2013 e nº 183/2013. Acórdãos do TCU sobre planejamento das contratações.</p>	<p>Risco: impropriedades nas fases interna e externa da contratação, que levam à inadequada utilização dos recursos públicos ou anulação do certame e do contrato.</p> <p>Relevância: cumprimento de formalidades, preceitos legais e exigências oriundas do TCU.</p>	Auditoria de Conformidade	<p>Objetivo: avaliar o conteúdo dos documentos utilizados para formalização das fases interna e externa das contratações, em especial o documento de oficialização da demanda, os estudos preliminares, o projeto básico ou termo de referência, o valor estimado da contratação, o edital de licitação, os documentos gerados pelo pregoeiro ou pela CPL quanto à regularidade na instrução e legalidade dos procedimentos adotados, até a assinatura do contrato.</p>	<p>Escopo: serão selecionados processos de aquisição/prestação de serviços por relevância e materialidade.</p>	<p>Data: janeiro a março de 2019.</p>	Três servidores

2	<p>Área auditada: Prestação de Contas Anual.</p> <p>Conhecimentos específicos: Decisões Normativas do TCU sobre o processo de contas anual, Resolução TCU nº 234/2010, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Lei Complementar nº 101/2000, Leis nº 8.666/1993, nº 8.112/1990, nº 10.520/2000 e legislação correlata.</p>	<p>Risco: inobservância dos objetivos dos programas para os quais foram aplicados recursos públicos.</p> <p>Relevância: cumprimento de formalidades, preceitos legais e atingimentos dos indicadores de gestão, bem como avaliação da gestão de riscos e de controles internos.</p>	Auditoria de Gestão	<p>Objetivo: avaliar os mecanismos de transparência, a regularidade dos atos, o monitoramento da governança em relação à gestão, a confiabilidade das demonstrações financeiras e o desempenho da gestão.</p>	<p>Escopo: avaliação de informações e documentos que compõem o Processo de Prestação de Contas definido pelo Tribunal de Contas da União.</p>	<p>Data: abril a junho de 2019.</p>	Seis servidores
---	--	---	---------------------	--	--	--	-----------------

3	<p><u>Processo Auditável:</u> Fiscalização de Aquisições e Contratações.</p> <p><u>Conhecimentos específicos:</u> Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Instrução Normativa CNJ nº 44/2012. Resoluções CNJ nº 169/2013, nº 182/2013 e nº 183/2013. Acórdãos do TCU sobre fiscalização de contratos. Manual de Gestão de Contratos do CNJ.</p>	<p><u>Risco:</u> comprometimento da execução contratual em razão de falha no acompanhamento técnico e administrativo da execução do contrato, além de recebimento equivocado do objeto contratado.</p> <p><u>Relevância:</u> cumprimento de formalidades, preceitos legais e exigências oriundas do TCU.</p>	Auditoria de Conformidade	<p><u>Objetivo:</u> avaliar o conteúdo dos documentos produzidos pelo gestor do contrato durante a execução do ajuste.</p>	<p><u>Escopo:</u> avaliação da atuação do gestor de contrato frente aos normativos vigentes.</p>	<p><u>Data:</u> janeiro a março de 2019.</p>	Três servidores.
---	--	--	---------------------------	---	---	---	------------------

4	<p><u>Processo Auditável:</u> Gestão de Bens</p> <p><u>Conhecimentos específicos:</u> Lei nº 8.666/1993. Manual de Contabilidade da União. Instrução Normativa nº 45/2018 e outras normas editadas pelo CNJ. Orientações expedidas pela Secretaria de Controle Interno do CNJ e pela Secretaria de Patrimônio da União.</p>	<p><u>Risco:</u> inobservância das normas relativas ao registro e ao controle dos bens.</p> <p>Má gestão no registro e no controle dos bens públicos.</p> <p><u>Relevância:</u> cumprimento de formalidades, preceitos legais e exigências oriundas do TCU.</p>	Auditoria Operacional.	<u>Objetivo:</u> avaliar os procedimentos adotados no registro e controle dos bens, observada a legislação de referência.	<u>Escopo:</u> será avaliado o registro e os controles implementados para os materiais de consumo e os bens (móveis, imóveis e intangíveis) do CNJ.	<u>Data:</u> julho e agosto de 2019.	Três servidores.
---	---	---	------------------------	--	--	---	------------------

5	<p><u>Processo Auditável:</u> Capacitação de servidores do Poder Judiciário (formação e aperfeiçoamento).</p> <p><u>Conhecimentos Específicos:</u> Resolução CNJ nº 192/2014.</p>	<p><u>Risco:</u> inobservância dos objetivos estabelecidos na Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de servidores do Poder Judiciário.</p> <p><u>Relevância:</u> cumprimento da política de formação e aperfeiçoamento de servidores do Poder Judiciário.</p>	Auditoria de Gestão	<p><u>Objetivo:</u> avaliar as ações de formação e aperfeiçoamento desenvolvidas pelo CEAJUD para alcançar os objetivos da Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de servidores do Poder Judiciário.</p>	<p><u>Escopo:</u> as ações implementadas nos últimos quatro anos.</p>	<p><u>Data:</u> Julho a agosto de 2019.</p>	Três servidores.
---	---	---	---------------------	--	--	--	------------------

6	<p><u>Processo Auditável:</u> Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil.</p> <p><u>Conhecimentos Específicos:</u> Constituição Federal arts. 165 a 169. Emenda Constitucional nº 95/2016. Lei de Responsabilidade Fiscal. Resoluções CNJ nº 195/2014 e nº 198/2014.</p>	<p><u>Risco:</u> inobservância da distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus.</p> <p>Baixo percentual de recursos públicos aplicados nos planos estratégicos do tribunal/conselho.</p> <p>Inconsistência nas Demonstrações Contábeis e descumprimento de preceitos legais.</p> <p><u>Relevância:</u> cumprimento das diretrizes estabelecidas nas resoluções editadas pelo CNJ.</p>	Auditoria de Resultado (Ação Coordenada de Auditoria).	<u>Objetivo:</u> análise da adequação orçamentária e financeira aos requisitos estabelecidos nas Resoluções CNJ nº 195/2014 e nº 198/2014.	<u>Escopo:</u> análise dos demonstrativos da execução orçamentária e financeira, bem como das Demonstrações Financeiras do tribunal/conselho.	<u>Data:</u> maio e junho de 2019.	Três servidores
---	---	---	--	---	--	---	-----------------

7	<p><u>Processo Auditável:</u> Gestão de Serviços.</p> <p><u>Conhecimentos</u> <u>Específicos:</u> Lei nº 8.666/1993. Lei nº 10.520/2002. Instrução Normativa CNJ nº 44/2012. Resoluções CNJ nº 169/2013, nº 182/2013 e nº 183/2013. Acórdãos do TCU sobre fiscalização de contratos. Manual de Gestão de Contratos do CNJ.</p>	<p><u>Risco:</u> ineficiência no modelo de contratação dos serviços.</p> <p>Ausência de definição dos níveis de qualidade dos serviços contratados.</p> <p><u>Relevância:</u> comprometimento de recursos públicos em serviços que não atendem à necessidade e qualidade esperadas.</p>	Auditoria de Resultado	<p><u>Objetivo:</u> avaliar a logística e o desempenho dos serviços à disposição do CNJ nas áreas de transporte, secretariado, vigilância, limpeza, manutenção predial, copeiragem e atendimento ao usuário de tecnologia da informação e comunicação.</p>	<p><u>Escopo:</u> análise dos estudos preliminares e de processos de acompanhamento da execução contratual, de relatórios, de pesquisas de satisfação do usuário.</p>	<p><u>Data:</u> setembro e outubro de 2019.</p>	Três servidores.
---	--	---	------------------------	---	--	--	------------------

8	<p><u>Processo Auditável:</u> Segurança Institucional.</p> <p><u>Conhecimentos Específicos:</u> Resoluções CNJ nº 104/2010, nº 176/2013 e nº 239/2016.</p>	<p><u>Risco:</u> ausência de protocolo de segurança de magistrados, de servidores e de cidadãos que transitam no CNJ.</p> <p>Ausência de protocolo de segurança da informação, patrimonial e das instalações do CNJ.</p> <p><u>Relevância:</u> cumprimento das Resoluções editadas pelo CNJ.</p>	Auditoria de Resultado	<p><u>Objetivo:</u> avaliar a efetividade dos procedimentos adotados para garantir a segurança de magistrados, servidores e cidadãos que transitam no CNJ, bem como a segurança da informação, patrimonial e das instalações do CNJ.</p>	<p><u>Escopo:</u> serão analisados documentos com informações sobre procedimentos de segurança, relatórios, pesquisas de satisfação do usuário e outros documentos.</p>	<p><u>Data:</u> setembro e outubro de 2019.</p>	Três servidores
---	--	--	------------------------	---	--	--	-----------------